



RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 2024007470072010421

Data da entrada: 27/06/2024

Descrição da Solicitação:

Prezados, Trabalho na Secretaria-Geral de Controle Externo do TCMRio e estou fazendo pesquisa de benchmarking sobre as legislações publicadas por outros Tribunais de Contas e/ou Controles Internos referentes às Contas de Governo. Nesse sentido, solicito auxílio para que sejam informadas as legislações internas e externas utilizadas pela CGM que normatizam a matéria desde a elaboração processual pelo Poder Executivo até a emissão do Parecer Prévio. Sem mais e respeitosamente, subscrevo-me.

Resposta da solicitação:

Prezado solicitante,

Inicialmente cabe mencionar que a [Constituição Estadual de Pernambuco](#), em seu artigo 86, estabeleceu o seguinte:

Art. 86. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, também compreenderá:

(...)

*III - a emissão dos **pareceres prévios** nas contas das Prefeituras e ~~das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais~~, até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano; (Expressão “e das Mesas das Câmaras Municipais” declarada inconstitucional por decisão do STF, proferida na ADIN nº 1779/98, no dia 1º de agosto de 2001, publicada no dia 14 de setembro de 2001, no Diário da Justiça).*

No mesmo sentido, a [Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco \(TCE-PE\)](#), [Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004](#), em seu artigo 2º, trouxe a competência do TCE-PE para apreciar as contas prestadas pelos Prefeitos municipais, conforme trecho abaixo:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco compete na forma estabelecida na presente Lei:

(...)



*II - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal, emitindo **parecer prévio**, a ser elaborado no prazo de até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano, nos termos do inciso III do § 1º do art. 86 da Constituição Estadual;*

Ainda, na mesma Lei Estadual, é possível identificar no artigo 24-A a periodicidade e o prazo limite para envio das prestações de contas ao TCE-PE:

Art. 24-A. As contas dos Prefeitos Municipais incluirão as contas prestadas pelos demais Poderes e órgãos municipais e deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas até o dia 31 de março do exercício subsequente.

Além disso, o TCE-PE, por meio da [Resolução TC nº 27/2017](#) estabeleceu normas relativas à composição das contas dos Prefeitos Municipais.

É válido ressaltar também que anualmente o TCE-PE expede resolução específica para informar os documentos que devem compor as contas de governo dos Prefeitos Municipais. A título de exemplo, os itens exigidos na Prestação de Contas de Governo do exercício de 2023 foram definidos pela [Resolução TC nº 217/2023](#).

Por fim, em seu Capítulo III - Seção II, o [Regimento Interno do TCE-PE, Resolução TC nº 15/2010](#), traz uma seção específica, denominada: “Das contas dos Prefeitos Municipais”.

Atenciosamente,

Gerência Geral de Governança e Orientação